

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA REALIZAÇÃO DA DISPUTA.....	3
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	3
4. DO PRÉ-CADASTRO NO PORTAL.....	5
5. DO PROCEDIMENTO	7
6. DOS CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS.....	8
7. DA HABILITAÇÃO	10
8. DOS RECURSOS	13
9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	13
10. DA MINUTA DE CONTRATO	14
11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO	14
12. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA PAGAMENTO	15
13. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA O FORNECIMENTO E EXECUÇÃO	15
14. DAS SANÇÕES	16
15. DOS MOTIVOS E PROCEDIMENTOS PARA A RESCISÃO	17
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	19
17. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	20
18. DA IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOS RECURSOS	20
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20
20. DO FORO	22
21. DOS ANEXOS	22
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	23
ANEXO II - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	31
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO	32
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PUNIÇÃO	48

EDITAL/ INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 167/2026
TIPO: MENOR PREÇO

Fonte dos recursos: 8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO

Processo de Compra nº: 60410/2026

A FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES, pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, sem fins lucrativos, com sede no *campus* da Universidade Federal de Viçosa, s/nº, em Viçosa/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.320.503/0001-51, vem, por meio de seu Diretor-Presidente, Rodrigo Gava, informar que realizará **SELEÇÃO PÚBLICA**, no modo de disputa **FECHADO** e com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste edital e seus anexos. O procedimento obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 8.241, de 21 de maio de 2014, com vistas ao atendimento dos princípios da impessoalidade, da moralidade, da probidade, da publicidade, da transparência, da eficiência, da competitividade, da busca permanente de qualidade e durabilidade, e da vinculação ao instrumento convocatório. Aplica-se também, no que a norma supracitada for omissa, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e, no que couber, a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e demais normas sobre a matéria.

A Seleção Pública será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os proponentes interessados providenciem o cadastramento junto ao Portal de Compras da Funarbe, através do sítio eletrônico <https://compras.funarbe.org.br/> ou <https://fornecedor.funarbe.org.br/> para solicitar cadastro e obter chave de identificação (Login e Senha).

São partes integrantes do presente Edital de Seleção Pública os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo da Proposta de Preços
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Inexistência de Punição

1. DO OBJETO

1.1. A presente Seleção Pública ter por objeto a contratação de empresa para instalação elétrica e montagem de medidores de energia em postes utilizados para fixação de câmeras de videomonitoramento, em conformidade com as normas técnicas vigentes e os padrões estabelecidos pela concessionária local de energia elétrica, ENERGISA, e conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Os serviços compreenderão a instalação de 30 (trinta) pontos de medição em rede de baixa tensão, localizados na área urbana do município de Rolim de Moura/RO.

2. DA REALIZAÇÃO DA DISPUTA

2.1. A abertura do presente Seleção dar-se-á no Portal de Compras da Funarbe, no sítio eletrônico <https://fornecedor.funarbe.org.br>, com modo de disputa fechado, dirigida pela Comissão de Seleção responsável, na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado, nos termos da legislação citada no preâmbulo deste Instrumento Convocatório.

2.2. Serão observados as seguintes datas e horários para o procedimento:

Recebimento das Propostas	Das 11:00 horas do dia 05/08/ 2026 às 11:00 horas do dia 12/08/2026
Abertura das Propostas	Às 11:00 horas do dia 12/08/2026

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da Seleção Pública na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, desde que não haja comunicação da comissão de seleção em contrário.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente Seleção, **exclusivamente**, pessoas jurídicas enquadradas na definição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta Seleção Pública e que atendam as condições exigidas neste edital e seus anexos, sendo elas nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no país e que atendam integralmente as exigências e condições contidas neste Instrumento e seus Anexos, nos termos da legislação em vigor, inclusive quanto à habilitação, e que estejam credenciadas no sistema eletrônico, conforme o disposto na Cláusula 4 deste Instrumento.

3.2. Os interessados poderão participar deste procedimento por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas neste Instrumento e em seus Anexos da seguinte forma:

3.2.1. Todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o licitante participar do certame por sua matriz, e em nome da filial, se o licitante participar do certame por sua filial.

3.2.2. Caso a execução do objeto da licitação for ocorrer por filial, o licitante que participou por sua matriz deverá apresentar todos os documentos de habilitação relativos à matriz e à filial, comprovando a regularidade fiscal, jurídica, econômico-financeira e técnica de ambas.

3.3. Não poderão participar desta Seleção Pública:

3.3.1. Empresas que estejam suspensas de participar em licitação e/ou impedidas de contratar com a Fundação Arthur Bernardes – Funarbe;

3.3.2. Empresas que estejam inscritas nos cadastros nacionais de empresas punidas pela Administração Pública, conforme art. 19, inciso V do Decreto Federal nº 8.241/14;

3.3.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.3.3.1. A Comissão de Seleção poderá consultar sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de participação dos proponentes, tais como o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do governo federal (Sicaf), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e nos casos de projetos oriundos de contratação com a Administração Pública Estadual de Minas Gerais, além dos documentos citados serão verificados o Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Cafimp), o Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (Cadin-MG) e Certidão de Débitos Tributários (CDT) para verificar as condições de participação dos proponentes;

3.3.4. Empresas que estejam em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

3.3.5. Empresas que não atendam ao disposto na subcláusula 3.1 deste Instrumento Convocatório;

3.3.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.7. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no Brasil.

3.4. A participação nesta Seleção implica na aceitação integral e irretratável

dos termos deste Instrumento Convocatório, seus anexos (e instrumentos) e disposições legais pertinentes.

3.5. A falta de qualquer dos documentos apresentados em desacordo com o exigido neste Instrumento Convocatório, ensejará a inabilitação e/ou desclassificação da proponente.

3.6. O interessado arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado desta Seleção.

3.7. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do proponente que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DO PRÉ-CADASTRO NO PORTAL

4.1. O interessado em participar da Seleção Pública deverá realizar o cadastro da empresa junto a Funarbe, através do Sistema Eletrônico, acessando o seguinte endereço: <https://fornecedor.funarbe.org.br/>, selecionando a opção pré-cadastrar e/ou no e-mail valeria.silva@funarbe.org.br.

4.1.1. Para utilizar o sistema eletrônico, é necessário que o fornecedor faça seu cadastro e credencie seu (s) representante (s) no “Portal de Compras” da Funarbe. A empresa deverá, dentre outras providências, nomear representante (s) (pessoa física), que será (ão) registrado (s) no sistema eletrônico e reconhecido (s) como legítimo (s) para realizar (em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade;

4.1.2. Para o pré-credenciamento, deverão ser fornecidos cópias digitais dos seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal ou administrador de sociedade comercial, o ato constitutivo consolidado, estatuto social ou contrato social em vigor (a depender do tipo societário), assim como as alterações e a ata de eleição da diretoria, se houver, ou, ainda, outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações compatíveis com o presente edital;

b) no caso de empresário individual, o registro comercial vigente;

c) em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

d) Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para apresentar propostas, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados nas alíneas “a”, “b” e “c”, desta cláusula, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.1.2.1. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de pré-credenciamento impedirá a participação do representante da licitante na sessão, para fins de apresentação de proposta, bem como para manifestação pelo interesse de interpor recursos.

4.1.2.2. Cada empresa poderá nomear apenas 01(um) representante legal, ao passo em que este, somente poderá ser credenciado para representar uma empresa credenciada.

4.1.3. Juntamente com os documentos acima, o Microempreendedor Individual – MEI, as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP deverão apresentar a seguinte documentação, sob pena de **não aplicação dos efeitos da Lei Complementar n°. 123/2006:**

a) em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial;

b) em se tratando de MEI – Microempreendedor Individual, a comprovação desta condição será efetuada mediante certificado da condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

c) as certidões descritas nas alíneas acima apresentadas após o dia 31 de janeiro do corrente ano terão obrigatoriamente que ter sido emitidas no exercício em curso.

4.1.4. Qualquer dúvida quanto à obtenção de chave de identificação login e senha pessoal, ou relativa à utilização do sistema eletrônico, poderá ser encaminhada para o e-mail valeria.silva@funarbe.org.br, para assistência.

4.1.5. O cadastro junto a Funarbe implica a responsabilidade legal do participante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Seleção na forma eletrônica.

4.1.6. As proponentes que já possuem o cadastro junto ao Portal de Compras e já possuem login e senha, não precisam se recadastrar.

4.2. Constitui responsabilidade exclusiva dos fornecedores a perda de negócios, a falha na prática de atos inerentes ao procedimento de seleção ou quaisquer prejuízos, em virtude da incorreta utilização ou operação do sistema eletrônico.

4.3. Os interessados cadastrados e credenciados receberão a chave de identificação, login e a senha, que será pessoal e intransferível, para acesso ao “Portal de Compras”, via e-mail cadastrado.

4.4. O uso de senha de acesso pelo fornecedor é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Funarbe a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O cadastro para acesso ao sistema é de inteira responsabilidade do fornecedor ou de seus representantes legais, e cabe aos mesmos efetuar o cadastramento com dados corretos e atualizados, atentando para a indicação do endereço eletrônico para melhor comunicação com a empresa.

5. DO PROCEDIMENTO

5.1. Esta Seleção Pública adotará o modo de disputa **fechado**, com fundamento no art. 10, §2º do Decreto Federal nº 8.241/2014, tendo como critério de julgamento das propostas o de **menor preço**, conforme o art. 12 do Decreto Federal nº 8.241/2014.

5.2. A participação neste processo de Seleção dar-se-á por meio de utilização de login e da senha pessoal e intransferível do representante credenciado da empresa proponente e subsequente inserção, no sistema eletrônico, da sua proposta de preço para cada item que compõe o processo de compra.

5.2.1. Até a data e horário previstos neste instrumento para o recebimento das propostas eletrônicas, deverá a proponente inserir, no ambiente referente à essa Seleção Pública no Portal de Compras Funarbe (<https://fornecedor.funarbe.org.br>), os demais documentos e certificações exigidos nesta Seleção.

5.3. As proponentes deverão preencher no portal, dentro do item selecionado, todos os campos pertinentes ao objeto do certame.

5.3.1. O campo “Descrição” é de preenchimento obrigatório, devendo a proponente inserir as informações detalhadas do bem ofertado, observando as características mínimas exigidas para o objeto neste Instrumento Convocatório.

5.4. O Portal de Compras Funarbe permite que as empresas lancem condições de entrega, pagamento e garantia. Entretanto, as empresas deverão, obrigatoriamente, preencher os campos com as condições constantes neste Instrumento Convocatório.

5.4.1. As proponentes que lançarem prazos de entrega maiores ou prazos de pagamento menores que o estabelecido neste Instrumento Convocatório serão desclassificadas.

5.5. A proposta comercial deverá ser inserida no item selecionado com arquivo em formato “pdf”.

5.6. Os documentos de habilitação serão exigidos exclusivamente do proponente mais bem classificado.

5.6.1. Caso o interessado mais bem colocado não atenda às exigências de habilitação, a Funarbe seguirá a ordem de classificação e analisará a proposta e documentação da segunda colocada.

5.7. O proponente será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras que suas propostas estão em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo a Funarbe responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.8. O proponente deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo de Seleção, responsabilizando-se pelo ônus

decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

5.9. Até a abertura das propostas, os proponentes poderão retirar ou substituir a sua proposta anteriormente apresentada.

5.10. A partir do horário previsto no sistema eletrônico, conforme datas e horários estabelecidos neste Instrumento Convocatório, o sistema ordenará, automaticamente, as propostas em ordem de classificação crescente, passando a comissão de seleção a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

5.11. Em caso de empate, será assegurada, conforme artigo 17 do Decreto Federal nº 8.241/2014, como critério de desempate de propostas com mesmo valor, preferência de contratação para bens e serviços:

I - Produzidos no País;

II - Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e

III - Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e em desenvolvimento de tecnologia no País.

5.12. Aplicada a preferência acima e persistindo a condição de empate com mesmo valor, os proponentes empatados serão convidados via e-mail para participar de Sessão Pública, na sede da Fundação Arthur Bernardes – Funarbe, onde ocorrerá sorteio para desempate.

5.13. A comissão de seleção poderá, por e-mail, negociar com o proponente que tenha apresentado menor preço, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Instrumento Convocatório.

5.14. Se a proposta de menor valor não for aceitável face às condições previstas neste Instrumento Convocatório, ou se o proponente desatender às exigências habilitatórias, a comissão de seleção examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, e verificará a aceitabilidade da mesma e a habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Instrumento Convocatório.

5.15. Será elaborada ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados os atos praticados no procedimento, que será publicada no site da Funarbe www.funarbe.org.br na aba Compras e Seleções Públicas.

5.16. Constatado o atendimento pleno às exigências convocatórias será declarado o proponente vencedor, e, após vencidos os prazos de recursos e contrarrazões, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou melhor proposta.

6. DOS CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A proposta de preço deverá ser inserida no ambiente referente à presente Seleção Pública no sistema eletrônico Portal de Compras da Funarbe, em documento digital digitado em idioma nacional, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas e com identificação da empresa proponente.

6.2. A proposta de preços apresentada deverá conter:

6.2.1. Indicação da Seleção Pública, processo de compra e o(s) item(ns) a que se refere;

6.2.2. Especificação clara e detalhada de todo o objeto, incluindo marca e modelo (quando for o caso), em conformidade com os anexos do Instrumento Convocatório;

6.2.3. Indicação do preço total proposto para a execução de todo o objeto, expresso em numeral e por extenso;

6.2.3.1. No valor proposto deverão estar inclusos todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como fretes, seguros e embalagens, bem como quaisquer despesas necessárias ao fornecimento e/ou prestação completa do objeto desta Seleção;

6.2.4. Planilha com a composição dos custos e formação de preço referente ao valor proposto;

6.2.5. Indicação da validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

6.2.6. Preferencialmente, a assinatura do representante legal da proponente, devidamente identificado e qualificado.

6.2.6.1. Caso a proposta não esteja assinada pelo representante legal da proponente vencedora, a comissão de seleção solicitará a assinatura antes da emissão do contrato.

6.3. A proposta de preço pode ser elaborada conforme modelo do Anexo III deste Instrumento Convocatório.

6.4. Evidentes falhas formais e sanáveis entre as informações registradas no sistema Portal de Compras e a proposta de preços anexada no processo poderão ser desconsideradas e/ou esclarecidas por meio de diligência.

6.5. No caso de omissões quanto aos prazos de validade da proposta comercial, ou quanto aos prazos e condições de execução e de pagamento, serão considerados os constantes neste Instrumento Convocatório.

6.6. Os valores deverão ser expressos em numeral, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo desconsideradas, a terceira casa decimal e as seguintes.

6.7. A apresentação da proposta por parte da proponente significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste Instrumento Convocatório e total sujeição à legislação pertinente.

6.8. Serão desclassificadas as propostas, conforme o caso, das empresas proponentes que:

6.8.1. Não atendam às exigências deste Instrumento Convocatório e/ou seus Anexos;

6.8.2. Não se refiram à integralidade do objeto;

6.8.3. Apresentem descontos simbólicos ou irrisórios, excessivos ou

manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os de mercado;

6.8.4. Fizer qualquer ressalva, limitação, reserva ou manifestação contrária às exigências e condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e em seus anexos;

6.8.5. Propostas com valor superior ao estimado na subcláusula 6.10 abaixo, caso não ocorra negociação.

6.9. Caso a comissão de seleção entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o proponente demonstre a exequibilidade de sua proposta.

6.9.1. Para demonstração da exequibilidade do valor ofertado, serão admitidos a planilha de custos elaborada pelo proponente, memorandos, memoriais de cálculos etc.

6.9.2. Verificada a inexequibilidade do preço, a comissão de seleção poderá convocar os proponentes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.

6.10. O valor estimado e máximo aceitável para a contratação do objeto desta Seleção Pública é R\$ 63.587,15 (sessenta e três mil e quinhentos e oitenta e sete reais e quinze centavos).

6.10.1. Propostas com valores superiores aos estabelecidos nesta subcláusula serão desclassificadas, caso não ocorra negociação.

6.11. O proponente vencedor, sendo contratado, deverá informar, por escrito, os dados da conta bancária da empresa para a efetivação do (s) pagamento (s) devido (s) pela Contratante (Funarbe).

6.11.1. Tais informações (dados bancários) poderão ser apresentadas no detalhamento da proposta ajustada ao preço final, a ser encaminhado juntamente com a documentação para habilitação, ou em documento distinto, elaborado em papel timbrado da empresa, ou com aposição do carimbo de CNPJ, assinado pelo representante legal da mesma, devidamente identificado e qualificado.

6.11.2. A ausência da informação de tais dados ou a demora em fornecê-los impede a realização do (s) pagamento (s) devido (s) pela Contratante (Funarbe), que ficará isenta de promover quaisquer correções da importância a ser paga.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de participação no presente certame, serão exigidos para os interessados mais bem classificados os documentos descritos nesta cláusula 7, observado o disposto na subcláusula 5.6 deste Instrumento Convocatório.

7.2. Documentos para comprovação da regularidade jurídica:

7.2.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, cujo objetivo

social especifique ramo de atividade compatível com o objeto desta contratação acompanhado da última alteração contratual, se houver devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. No caso de sociedades civis, este documento deverá ser acompanhado de prova de diretoria em exercício;

7.2.2.1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.2.2.2. Se as alterações contratuais, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação da alteração contratual consolidada atualizada e em vigor.

7.3. Documentos para comprovação da regularidade fiscal

7.3.1. Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

7.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.2.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.3. Prova de Regularidade de Recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação do Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal;

7.3.3.1. O licitante detentor do menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.3.3.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.3.3.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e

uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Fundação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.3.3.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto na subcláusula anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.4. Da (s) declaração (ões)

7.4.1. Declaração original, em papel timbrado e/ou carimbo com CNPJ da proponente e devidamente assinada por seu representante legal, que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública conforme modelo do Anexo III deste Instrumento Convocatório.

7.5. Caso o interessado mais bem classificado possua Certificado de Registro Cadastral junto ao Sicafe, este será consultado pela Comissão de Seleção para verificação da existência e validade dos documentos exigidos neste Edital.

7.5.1. A empresa proponente deverá apresentar todos os documentos constantes nesta cláusula 7 para comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária que não estejam no Sicafe, além de declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública.

7.5.2. Caso algum documento constante no Sicafe esteja com prazo de validade vencido, o proponente deverá apresentá-lo em plena vigência.

7.5.3. A proponente que não for cadastrada junto ao Sicafe deverá apresentar na íntegra a documentação para habilitação conforme exigido neste Edital.

7.3 Os documentos emitidos pela internet serão as certidões emitidas pelos órgãos da Administração Fiscal Tributária, conforme legislação vigente e o Sicafe.

7.4 A comissão de seleção poderá retirar a documentação prevista no certame verificando nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões a regularidade dos documentos.

7.5 A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo e idoneidade do documento, não será causa de inabilitação.

7.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente a proposta e os documentos exigidos, o sistema alterará o status do processo para

aguardando análise técnica e em processo de habilitação.

7.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Conforme dispõe o Decreto Federal nº 8.241, de 2014, a fase recursal será única, após o julgamento das propostas.

8.2. Os participantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação manifestarão imediatamente, por e-mail (valeria.silva@funarbe.org.br), em até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação da Ata de Sessão. Decorrido este prazo, será aberto o prazo de até 1 (uma) hora para o envio da intenção de recurso. Os participantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, por e-mail, dentro deste prazo, sob pena de preclusão.

8.3. As razões dos recursos serão apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da data de ciência.

8.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (três) dias úteis, contado imediatamente a partir do encerramento do prazo para apresentação das razões recursais;

8.5. O recurso será dirigido a quem proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, o encaminhará à autoridade máxima da fundação de apoio, que terá competência para a decisão final, em até 05 (cinco) dias úteis.

8.6. O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o prazo ora estabelecido, e/ou subscrito por representante que não comprova poder de representação legal.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Inexistindo manifestação recursal, a comissão de seleção adjudicará o objeto ou decididos os recursos porventura interpostos, caberá a Autoridade Competente a adjudicação do objeto da Seleção ao proponente vencedor e em seguida homologará o procedimento.

9.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação.

9.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular quando da emissão do Contrato, serão convocados os proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação.

10. DA MINUTA DE CONTRATO

10.1. Homologado o procedimento de compras, o representante legal da adjudicatária será notificado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para assinatura do contrato.

10.1.1. O documento será enviado eletronicamente para o e-mail informado pela empresa vencedora e deverá ser assinado eletronicamente pelo seu representante legal por meio do sistema de assinaturas Autentique.

10.2. É expressamente vedada a cessão ou transferência total dos direitos decorrentes desta Seleção e do subsequente contrato a terceiros, sob pena de rescisão e cominação da penalidade aplicável à espécie, de pleno direito, independente de notificação judicial.

10.3. A Contratada responderá pelos danos causados diretamente à Contratante, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação do serviço.

10.4. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, sem que isto implique em alteração dos preços ofertados.

10.5. Os casos de rescisão da contratação são os previstos na subcláusula 19 deste Instrumento Convocatório.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O recebimento do objeto será realizado conforme o caso, provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação em até 15 dias e definitivamente, após a verificação da conformidade, qualidade e quantidade e consequentemente aceitação.

11.2. Compete à Funarbe, ou a quem esta designar, receber, autorizar, conferir e fiscalizar a execução do objeto desta Seleção.

11.3. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), a apresentação do objeto contratado deverá assegurar informações claras, precisas, sobre as características, marca, procedência, qualidade, quantidade, composição, validade do produto e outros, bem como o (s) risco (s) que apresenta (m) à saúde e a segurança dos usuários, quando for o caso.

11.4. Todo o fornecimento/entrega/execução do objeto ora contratado deverá ser acompanhado por uma pessoa designada pela Funarbe. Esta pessoa estará ciente de todos os processos necessários à sua execução e deverá ter livre acesso para este acompanhamento.

11.5. A Contratada se encarregará pela entrega conforme quantidades e especificações previstas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

11.6. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo, assim como aqueles decorrentes da disparidade, com indicações constantes no recipiente, da embalagem,

rotulagem ou mensagem publicitária, respeitada as variações decorrentes de sua natureza, podendo a Fundação Arthur Bernardes exigir a substituição das partes viciadas.

12. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até o **15º (décimo quinto) dia útil**, contados do contra apresentação da nota fiscal/fatura, através de crédito em conta bancária a ser indicada pela Contratada, após aceite, pelo Coordenador do Projeto, do (s) produto (s) /serviço (s) e das Notas Fiscais/Faturas apresentadas.

12.2. Entende-se como pagamento a data do depósito do valor contratado no estabelecimento bancário indicado pela Contratada, feito via crédito em conta corrente com titularidade da Contratada.

12.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados, ficando isenta a Contratante de arcar com quaisquer ônus.

12.4. O (s) pagamento (s) poderá (ão) ser suspensos, caso exista qualquer pendência contratual, a cargo da Contratada.

12.5. Do (s) pagamento (s) será (ão) descontado (s) a (s) multa (s) devida (s), se for o caso.

12.6. A Contratada deverá manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Seleção, sob pena de retenção ou suspensão do pagamento, até a normalização das irregularidades constatadas, ficando isenta a Contratante de arcar com quaisquer ônus.

12.7. É vedado o desconto bancário ou endosso de duplicatas extraídas com base no contrato decorrente desta Seleção, não se responsabilizando a Contratante por seu pagamento, se verificado dito endosso ou desconto.

13. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA O FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

13.1. A integralidade do objeto deste Edital deve ser entregue no local e no prazo estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Instrumento Convocatório, contados da data de emissão do contrato.

13.2. O objeto deste Edital deverá ser entregue em absoluta conformidade com as especificações contidas neste Instrumento Convocatório e com as normas técnicas aplicáveis.

13.3. O objeto deverá ser executado no local informado no Termo de Referência – Anexo I deste Instrumento Convocatório;

13.4. A Contratada deverá estar em condições de entregar o objeto a partir do primeiro dia após a data da assinatura do contrato, não podendo alegar a não disponibilidade dos materiais/equipamentos/produtos ou da mão de

obra necessária para o fornecimento contratado, sob pena de lhe serem aplicadas às penalidades previstas no presente instrumento.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Fundação Arthur Bernardes - Funarbe, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento convocatório e das demais cominações legais, garantida a ampla defesa, o proponente que:

14.1.1. Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;

14.1.1. Deixar de entregar documentação exigida;

14.1.2. Apresentar documentação adulterada e falsa, devidamente comprovado em processo administrativo;

14.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Contratação ou o descumprimento das obrigações estabelecidas, em especial no tocante as especificações, projetos e prazos;

14.1.4. Não mantiver a proposta;

14.1.5. Falhar ou fraudar na entrega do (s) serviço (s) constante (s) no contrato;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.7. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

14.2. A Contratada, pela inexecução total ou parcial do ajuste contratual, garantida a ampla defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por escrito, informando à Contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

14.2.2. Multa diária de 0,3% (três décimos por cento) por atraso na entrega e/ou na execução do serviço, calculados sobre o valor do fornecimento e/ou do serviço referente à inexecução da obrigação contratual ou do instrumento convocatório, em caso de atraso inferior ou igual a 30 (trinta) dias, com a possível rescisão contratual;

14.2.3. Multa de 15% (quinze por cento), no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a possível rescisão contratual, calculados sobre o valor do fornecimento e/ou do serviço referente à inexecução da obrigação contratual ou do instrumento convocatório;

14.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação em que se apure o fornecimento ou prestação de serviços em desacordo com as condições e especificações estabelecidas;

14.2.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento e/ou do serviço referente à inexecução da obrigação contratual ou

editálicia, no caso de a CONTRATADA não aceitar a Autorização de Fornecimento ou de Serviço ou não assinar o Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

14.2.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Fundação Arthur Bernardes- Funarbe, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.3. As penalidades previstas nas subcláusulas 14.2.1 e 14.2.6 poderão ser aplicadas, cumulativamente, à pena de multa.

14.4. Dos pagamentos serão descontadas as multas devidas, se for o caso;

14.5. Proferida a decisão de aplicação da penalidade de multa, após o prazo de defesa, o prazo para recolhimento das multas estabelecidas nesta cláusula será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão notificação;

14.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Funarbe, a empresa vencedora ficará isento das penalidades previstas acima.

14.7. As penalidades previstas acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive cumulativamente, à pena de multa, assegurada ampla defesa à Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal da decisão de aplicação da(s) penalidade(s).

14.8. Será de responsabilidade da Contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.9. Obriga-se também a Contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

15. DOS MOTIVOS E PROCEDIMENTOS PARA A RESCISÃO

15.1. Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos enumerados, a seguir, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

15.1.1. A Contratada transferir a terceiros, no todo, os direitos decorrentes da contratação, sem prévia autorização da Funarbe ou previsão no objeto da contratação;

15.1.2. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência Contratual, e não forem comunicadas à Funarbe e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores da contratação;

15.1.3. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

15.1.4. Atraso injustificado no início na entrega ou execução contratual.

15.1.5. O desatendimento das determinações regulares da representante da Funarbe designada para acompanhar e fiscalizar a contratação, assim como as de seus superiores;

15.1.6. O cometimento reiterado de faltas na contratação, registradas pela representante da Funarbe designada para acompanhar e fiscalizar a contratação, assim como as de seus superiores;

15.1.7. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

15.1.8. A dissolução da sociedade da CONTRATADA;

15.1.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique o cumprimento das obrigações assumidas;

15.1.10. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da Funarbe e exaradas no processo administrativo a que se refere a Contratação;

15.1.11. A suspensão de seu fornecimento e sua execução, por ordem escrita da Funarbe, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

15.1.12. O atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Funarbe salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

15.1.13. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

15.1.14. Lentidão do seu cumprimento, levando a Funarbe a comprovar a impossibilidade da perfeita execução contratual, nos prazos estipulados;

15.1.15. Paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação à Funarbe.

15.2. A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Funarbe, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas, até a completa indenização dos danos;

15.3. A rescisão contratual não retirará da contratante o direito de cobrar da contratada a multa estabelecida neste instrumento;

15.4. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Funarbe, notificando-se à Contratada com antecedência mínima de 5 (cinco)

dias úteis contados da notificação formal, período em que a Contratada poderá exercer o contraditório e sua defesa relativamente à rescisão contratual, devendo a Funarbe realizar os pagamentos relativos às atividades realizadas pela Contratada.

15.5. A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Funarbe, reduzida a termo de processo administrativo.

15.6. A rescisão poderá ser por determinação judicial, nos termos da legislação vigente.

15.7. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da Funarbe.

15.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.9. Fica ressalvado que, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na subcláusula 15.1 acima, admite-se a possibilidade da continuidade contratual, a critério exclusivo da Contratante.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA se obrigará a:

16.1.1. Fornecer a integralidade do objeto contratado obedecendo rigorosamente às disposições das normas técnicas aplicáveis;

16.1.2. Fornecer o objeto contratado conforme as especificações, condições e prazos ora estipulados, sendo de sua inteira responsabilidade a correção ou substituição, às suas expensas, no total ou em parte, de vícios, defeitos, quebra, adulterações ou incorreções dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, bem como a manter-se, durante o curso da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Seleção Pública de Fornecedores, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento e na legislação pertinente;

16.1.3. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes da contratação, bem como pelo recolhimento, conforme o caso, de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre a execução ou fornecimento do objeto;

16.1.4. Responsabilizar pelos prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

16.1.5. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais encargos acessórios resultantes da execução deste instrumento;

16.1.6. Executar o objeto deste Instrumento Convocatório obedecendo rigorosamente às normas de segurança e medicina do trabalho previstos na legislação em vigor e as instruções e medidas de segurança internas

que forem determinadas pela Contratante;

16.1.7. Reconhecer os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

16.1.8. Obedecer às demais exigências e obrigações constantes no Termo de Referência constante no Anexo I deste Instrumento Convocatório e demais anexos.

17. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. A Fundação Arthur Bernardes – Funarbe poderá:

17.1.1. Recusar qualquer entrega que não atenda às especificações contidas neste Instrumento Convocatório e/ou às normas competentes;

17.1.2. Alterar ou rescindir a contratação, a qualquer tempo, no interesse dos serviços e na conveniência da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe, não cabendo à Contratada qualquer indenização, ressalvados os pagamentos referentes aos fornecimentos ou serviços por ela já executados e aprovados;

17.1.3. Determinar a paralisação da execução do objeto em razão relevante de ordem técnica, indicando o motivo e prazo da paralisação. As despesas decorrentes da paralisação correrão por conta da Contratada, se comprovada sua responsabilidade;

17.1.4. Aplicar as penalidades cabíveis, em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações pela Contratada, em conformidade com o disposto neste instrumento e na legislação pertinente.

17.2. A Fundação Arthur Bernardes – Funarbe deverá efetuar os pagamentos em dia, desde que cumpridas, pela Contratada, as formalidades estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

18. DA IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOS RECURSOS

18.1. As despesas decorrentes da presente Seleção Pública correrão à conta dos recursos consignados no convênio **Projeto nº 8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO**

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Instrumento Convocatório em dia de expediente na Fundação Arthur Bernardes – Funarbe.

19.2. Até 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos por email para: valeria.silva@funarbe.org.br.

19.2.1. Os pedidos de esclarecimentos e as respostas serão publicadas

19.3. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail)

19.4. Caberá à Comissão de Seleção decidir sobre a petição no prazo de um dia útil contados da sua protocolização, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Edital ou pelo órgão jurídico, conforme o caso.

19.5. Nenhuma indenização será devida às proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Instrumento Convocatório.

19.6. É expressamente vedada à cessão ou transferência, total dos direitos decorrentes desta Seleção e do subsequente contrato a terceiros, sob pena de rescisão e cominação da penalidade aplicável à espécie, de pleno direito, independente de notificação judicial.

19.7. A Comissão de Seleção, no julgamento da Seleção, poderá solicitar o assessoramento de órgãos técnicos, jurídico ou de profissionais especializados.

19.8. Uma vez incluído no processo, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica, autenticada por cartório competente, ou pela Comissão.

19.9. As empresas proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da contratação.

19.10. No julgamento da habilitação e das propostas, a Comissão de Seleção poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.11. No caso de a empresa ser optante pelo "SIMPLES", a mesma deverá apresentar juntamente com a nota fiscal e/ou documento equivalente, cópia autenticada do Termo de Opção ou de isenção naquilo que estiver dispensada legalmente, sob pena de retenção na fonte, por parte da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe, do imposto de renda pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social e da contribuição para o PIS/PASEP, sobre os valores pagos a quaisquer pessoas jurídicas, consoante determina a Lei nº 9.430/96, a Instrução Normativa Conjunta nº 539/05 do SRF/STNSFC e a Lei Complementar nº 116 de 31/07/2003, art. 6º, § 2º, II, c/c Decreto- Lei nº 11.591/2005.

19.12. Faculta-se à Comissão de Seleção, em qualquer fase da contratação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.13. Os valores são os constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA, sendo fixos e irrevogáveis, no decorrer de um (1) ano, a contar

da data do orçamento.

19.13.1. Transcorridos um (1) ano poderão ser reajustados pelos IGPM.

19.14. A Seleção Pública de Fornecedores em qualquer fase do procedimento, poderá ser revogada e/ou cancelada em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

19.15. Os fornecedores, em hipótese alguma, não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento de compras, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19.16. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes do Decreto Federal nº 8.241, de 21.05.2014, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19.17. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta Seleção implica a aceitação plena nas condições estipuladas neste Instrumento Convocatório, decaindo o direito de impugnar os seus termos a proponente que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir qualquer questão contratual oriunda da presente licitação, fica eleito o foro da Comarca de Viçosa/MG, com exclusão de todos os outros, por mais privilegiados que se possam traduzir.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram este Instrumento Convocatório, independente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Modelo de Propostas de Preços;

Anexo III: Minuta de Contrato;

Anexo IV: Declaração de Inexistência de Punição.

Viçosa, 5 de agosto de 2026.

Rodrigo Gava
Diretor-Presidente

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalação elétrica e montagem de medidores de energia em postes utilizados para a fixação de câmeras de videomonitoramento, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com os padrões estabelecidos pela concessionária local de energia elétrica (ENERGISA).

Os serviços compreenderão a instalação de 30 (trinta) pontos de medição em rede de baixa tensão, localizados na área urbana do município de Rolim de Moura/RO.

2. JUSTIFICATIVA DA COMPRA

A contratação tem como objetivo dar seguimento à implantação do sistema de videomonitoramento no Município de Rolim de Moura/RO. Esta etapa atende a meta de Implantação do Sistema de Videomonitoramento para Segurança do Cidadão e visa ampliar o número de pontos de monitoramento para a aplicação de ferramentas de desenvolvidas para controle de comboio e emissão de auto de infração automatizado. A aquisição visa atender aos compromissos estabelecidos no plano de trabalho e parceria, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rolim de Moura/RO.

A execução adequada desse serviço é essencial para garantir o pleno funcionamento do sistema, assegurando a alimentação elétrica contínua e segura dos equipamentos. O videomonitoramento é uma ferramenta estratégica para o reforço da segurança pública, contribuindo para a prevenção de crimes, monitoramento de áreas de interesse público, fiscalização de trânsito e apoio às forças de segurança. Além disso, a instalação regularizada de pontos de energia evita riscos de sobrecarga, curtos-circuitos e interrupções, promovendo maior durabilidade e confiabilidade do sistema. Assim, a contratação do serviço é fundamental para a consolidação da infraestrutura necessária ao projeto.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

O serviço consiste em fazer a instalação elétrica e montagem de medidores de energia em postes utilizados para fixação de câmeras de

videomonitoramento, conforme os padrões técnicos e normativos exigidos pela concessionária de energia ENERGISA.

A instalação deverá ser feita em 30 (trinta) pontos localizados na área urbana do município de Rolim de Moura/RO, sendo que os locais de instalação serão definidos e informados pela equipe do projeto antes da execução dos serviços.

O serviço deve seguir os padrões estabelecidos pela concessionária de energia ENERGISA.

A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para a correta execução dos serviços. É de responsabilidade da empresa consultar previamente a concessionária de energia elétrica de Rondônia (ENERGISA) para definir o padrão de entrada adequado, bem como realizar a instalação elétrica conforme as normas técnicas vigentes, atendendo a todos os requisitos estabelecidos pela concessionária.

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral de todos os materiais e insumos necessários à completa e adequada execução dos serviços, conforme as especificações técnicas.

Ressalta-se que a planilha abaixo são de materiais mínimos estimados, podendo haver variações conforme as necessidades reais da execução. Eventuais necessidades de ampliação dos quantitativos dos materiais inicialmente previstos ou de inclusão de novos itens poderão ser atendidas mediante alteração contratual, desde que observadas as hipóteses, os limites e os demais requisitos aplicáveis às alterações quantitativas e qualitativas previstos no edital e no contrato.

Portanto, eventuais ajustes quantitativos não eximem a contratada de sua obrigação de entrega integral dos insumos necessários à perfeita prestação dos serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD. UNI.	QTD TOTAL
1	CABECOTE DE ALUMINIO 1 CONIMEL CAC 602	UN	1	30
2	FITA ISOLANTE GERAL TIGRE 20 M	UN	1	30
3	CABO DE COBRE FLEXIVEL 750V 10 MM2 AZUL	MT	8	530
4	CABO DE COBRE FLEXIVEL 750V 10 MM2 PRETO	MT	8	530
5	CABO DE COBRE FLEXIVEL 750V 10 MM2 VERDE	MT	1	30
6	TERMINAL ISOLADO ANEL 10 MM2 INTELLI TPT-10- COM OLHAL 8MM	UN	2	60
7	PARAFUSO AUTOBROCANTE PHILIPS 4,2MMX13	UN	2	60
8	CAIXA POLIFASICA POLICARB. (ENERGISA) TAF	UN	1	30
10	ABRACADEIRA UNIVERSAL KIT 3 PECAS	UN	2	60
11	TERMINAL ISOLADO ANEL 10 MM2 INTELLI TPT-10-8	UN	2	60
12	TERMINAL ILHOS 10MM2 18MM (T-10-18) 5PC INTELLI	PT	1	30
13	CONEC.PERFURANTE CDPU-35-35 (6-35/1,5-35) INTELLI	UN	3	90
14	FITA DE ACO PERFURADA 17MM 10 METROS	UN	4	120
15	PRESILHA PARA FITA DE ACO	UN	4	120
16	ELETRODUTO TERMOAMERICANA 1' (25mm)	MT	6	180
17	LUVA ELETRODUTO TERMOAMERICANA 1	UN	3	90
18	CURVA 90 ELETRODUTO TERMOAMERICANA 1'	UN	1	30
19	CURVA S ELETRODUTO TERMOAMERICANA 1	UN	1	30
20	CABECOTE DE ALUMINIO 1 CONIMEL CAC 602	UN	1	30
21	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 32 A STECK	UN	1	30
22	PARAFUSO AUTOBROCANTE PHILIPS 4,2MMX13	UN	10	300
23	TOMADA 20A	UN	1	30
24	O DPS (Dispositivo de Proteção contra Surtos) 275V 20kA	UN	1	30

A CONTRATADA se compromete a fornecer todos os produtos acompanhados dos itens essenciais para seu pleno e imediato funcionamento. O fornecimento incompleto dos itens essenciais será considerado inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento.

Todos os componentes dos produtos utilizados no serviço devem ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento).

A proposta comercial deve conter a descrição detalhada, informar marca e modelo dos equipamentos e se necessário apresentar prospecto com as características técnicas dos seus componentes, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site na internet do fabricante juntamente com o endereço do site. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.

6.1.1. O prazo total para execução do objeto será de 30 (trinta) dias, contado a partir da assinatura do contrato.

6.2. A vigência da contratação poderá ser prorrogada, mediante justificativa, conforme a necessidade e a vigência do projeto nº **8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO.**

6.2.1. A formalização da prorrogação do prazo de vigência ocorrerá via termo aditivo a ser celebrado entre as partes.

7. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 Recebimento: Os serviços serão recebidos pelo(a) coordenador(a) Vagner Schoaba ou por pessoa formalmente designada, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

7.2. Recebimento Provisório: ocorrerá após a conclusão das etapas no prazo de até 10 dias, para fins de verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.1. Para fins de recebimento provisório, a contratada deverá cumprir as etapas estabelecidas pelo cronograma, como condição para aceitação e pagamento.

7.2.2. Havendo necessidade de ajustes ou correções em qualquer etapa, o Contratado terá até 08 (oito) dias, contados da notificação do Contratante, para realizar as adequações necessárias, sob pena de não recebimento definitivo e aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. Recebimento Definitivo: será formalizado após a verificação do cumprimento integral das exigências técnicas e contratuais, incluindo testes e a correção de eventuais pendências. Na ausência de manifestação da contratante no prazo indicado no item 7.2 ou da necessidade de reapresentação dos serviços, o objeto será considerado recebido definitivamente.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado após a execução total do serviço, mediante ateste do coordenador do projeto.

8.2. O pagamento será efetuado pela Funarbe, mediante ordem bancária em favor da contratada vencedora, até o 15º (décimo quinto) dia útil, após a aprovação da etapa pela fiscalização.

8.3. A vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o número de sua conta bancária e respectiva agência.

8.4. A Funarbe efetuará o pagamento somente à vencedora, que também deverá ser a emitente da nota fiscal, vedada sua negociação com terceiros.

8.5. O pagamento será efetuado através de ordem bancária a favor da

contratada, por meio do documento fiscal referente à execução do objeto e devidamente atestado pelo coordenador do convênio.

8.6. Em caso de pendências ou não conformidades identificadas em alguma etapa, o pagamento respectivo ficará suspenso até que sejam cumpridos os ajustes solicitados.

8.7. O pagamento final da última etapa será condicionado ao recebimento definitivo de todos os serviços do objeto, bem como à correção de eventuais pendências das etapas anteriores.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Obrigações da Contratada:

9.1.1. Executar integralmente o objeto contratado, obedecendo rigorosamente às disposições das normas técnicas aplicáveis, bem como às especificações, condições e prazos estipulados neste Termo de Referência e demais anexos.

9.1.2. Responsabilizar-se integralmente pela boa execução e eficiência do fornecimento e dos serviços contratados, zelando pelo bom nível de qualidade.

9.1.3. Executar a totalidade do objeto, fornecendo os materiais e utilizando os equipamentos e mão de obra necessários.

9.1.4. Promover, às suas expensas e sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, as correções, reparos e substituições que se fizerem necessárias nos serviços e entregas efetuados, a fim de adequá-los às especificações exigidas, de acordo com a avaliação realizada pela fiscalização, sujeitando-se ainda à eventual aplicação de sanções por atrasos ou qualquer outra irregularidade na execução do contrato.

9.1.5. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, relatórios e informações sobre a prestação dos serviços contratados.

9.1.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer caso fortuito ou de força maior que incidir sobre a prestação dos serviços, responsabilizando-se por eles e procurando solucioná-los.

9.1.7. Responder, com exclusividade, por todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento e os serviços objeto deste contrato, apresentando os documentos fiscais próprios e a comprovação de quitação de encargos sociais e trabalhistas necessárias para recebimento dos valores correspondentes.

9.1.8. Efetuar os pagamentos do pessoal que contratar, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários que incidirem na execução dos serviços aqui contratados, não havendo entre os seus empregados ou prepostos e a CONTRATANTE qualquer vínculo trabalhista.

9.1.9. Em caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, adotar as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE, e

mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza.

9.1.10. Indenizar, prontamente, todos os danos decorrentes de sua culpa ou dolo, que, por si, seus empregados ou prepostos venham a causar à CONTRATANTE ou a terceiros envolvidos ou não com a execução dos trabalhos.

9.1.11. Custear integralmente eventuais gastos com alimentação, transporte e estadia para seus funcionários envolvidos na execução do objeto deste contrato.

9.1.12. Acatar as orientações da CONTRATANTE e a quem esta determinar, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9.1.13. Permitir e facilitar todas as atividades de acompanhamento e fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE.

9.1.14. Executar o objeto deste Instrumento obedecendo rigorosamente às normas de segurança e medicina do trabalho previstos na legislação em vigor e as instruções e medidas de segurança internas que forem determinadas pela CONTRATANTE; bem como observar rigorosamente as normas ambientais e de segurança aplicáveis às atividades realizadas, sendo suas obrigações adotar todas as medidas necessárias para minimizar impactos ambientais e prevenir acidentes.

9.1.15. Responsabilizar-se pela divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação pertinente aos trabalhos prestados, cuja divulgação não tenha sido autorizada pela CONTRATANTE.

9.1.16. Respeitar os prazos avençados neste instrumento de contrato e seus anexos.

9.1.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE.

9.1.18. A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, sem que isto implique em alteração dos preços ofertados.

9.1.19. Reconhecer os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

9.1.20. Obedecer às demais exigências e obrigações constantes no Termo de Referência e demais anexos.

9.1.21. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes da contratação, bem como pelo recolhimento, conforme o caso, de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre a execução ou fornecimento do objeto.

9.1.22. Fornecer, de forma gratuita e em quantidade adequada, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao desempenho das atividades de seus funcionários, quando o objeto contratado exigir.

9.1.23. Treinar seus funcionários para o uso adequado dos EPIs, bem como realizar treinamentos periódicos sobre normas de segurança e prevenção de acidentes.

9.1.24. Garantir que todos os seus funcionários utilizem os EPIs durante a realização de suas atividades, cabendo à empresa supervisionar e garantir o uso correto e contínuo, trazendo a preservação da saúde e segurança no trabalho.

9.2. Prerrogativas e obrigações da Contratante:

9.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

9.2.2. Disponibilizar, no início do contrato, os modelos e documentos necessários para a perfeita e completa elaboração do objeto contratado.

9.2.3. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

9.2.4. Indicar a pessoa responsável pela fiscalização, para fins de conferência, atestado de conformidade das entregas e serviços.

9.2.5. Efetuar a conferência e recebimento das entregas e serviços, nos termos previamente estabelecidos.

9.2.6. Notificar a CONTRATADA sobre eventual recusa dos serviços e/ou sobre a necessidade de adequação ou correções que se fizerem necessárias.

9.2.7. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos neste instrumento, desde que cumpridas pela CONTRATADA as formalidades exigidas e o cumprimento efetivamente comprovado pela fiscalização.

9.2.8. Rejeitar, no todo ou em parte, qualquer entrega que não atenda às especificações deste termo e demais anexos.

9.2.9. Prestar às informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

9.2.10. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.11. Alterar ou rescindir a contratação a qualquer tempo, no interesse dos serviços e conveniência da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, sem que isso gere indenização, salvo pelos pagamentos já devidos por serviços ou fornecimentos executados e aprovados.

9.2.12. Determinar a paralisação da execução do objeto por motivo técnico relevante, indicando motivo e prazo, cabendo as despesas decorrentes à CONTRATADA caso comprovada sua responsabilidade.

9.2.13. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações pela CONTRATADA, conforme previsto neste instrumento e legislação vigente, desde que respeitada a ampla defesa e o contraditório.

10. FONTE DOS RECURSOS

10.1. Os recursos para a presente contratação são provenientes do **projeto 8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO.**

11. FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do objeto deste certame ficará a cargo do coordenador do projeto Vagner Schoaba, ou a quem este designar, devendo verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridas as condições estabelecidas, para a fiel execução do objeto.

12. DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE FORNECEDORES:

12.1. Também será aplicada à contratação as disposições contidas na Política de Gestão de Fornecedores, disponível na íntegra no site da FUNARBE <https://compras.funarbe.org.br/>

Vagner Schoaba

Coordenador

Assinado/autorizado via internet com senha individual

ANEXO II - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Comissão de Seleção da Fundação Arthur Bernardes
Ref.: **SELEÇÃO PÚBLICA nº 167/2026**

(Preenchida em papel timbrado da proponente)		
PROPOSTA COMERCIAL		
PROCESSO Nº 60410/2026		
1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE		
Razão Social:		
CNPJ e Inscrição Estadual:		
Endereço completo:		
Contatos:	TELEFONE:	E-MAIL:
Dados do Representante Legal	NOME:	
	RG:	CPF:
2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA		
A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação		
PROPOSTA:		
Descrição		
Contratação de empresa para instalação elétrica e montagem de medidores de energia em postes utilizados para fixação de câmeras de videomonitoramento, em conformidade com as normas técnicas vigentes e os padrões estabelecidos pela concessionária local de energia elétrica, ENERGISA, e conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.		
Valor da proposta - Valor Global do serviço em número (valor por extenso)		
LOCAL E DATA:		
Assinatura do Representante Legal da Empresa		

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES (FUNARBE) E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA].

**Processo de Compra nº 60410/2026
Projeto nº 8165 - IFRO 044/2023 -
Cidades Inteligentes Rolim de
Moura/RO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES (FUNARBE)**, fundação de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.320.503/0001-51, com sede no *Campus* da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, CEP: 36.570-900, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, e, de outro lado, a empresa **[INSERIR NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob nº **[inserir CNPJ]**, sediada na **[avenida/rua, nº, bairro, cidade/estado, CEP]**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado e identificado, celebram, de comum acordo entre si, este **Contrato de Prestação de Serviços**, tendo por base o que consta do **Processo de Compra nº 60410/2026**, conduzidos sob as disposições da Decreto nº 8.241/2014, as regras gerais do Código Civil Brasileiro e termos do 8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO e, não obstante, os termos e condições livremente ajustados a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Seleção Pública ter por objeto a contratação de empresa para instalação elétrica e montagem de medidores de energia em postes utilizados para fixação de câmeras de videomonitoramento, em conformidade com as normas técnicas vigentes e os padrões estabelecidos pela concessionária local de energia elétrica, ENERGISA, e conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Os serviços compreenderão a instalação de 30 (trinta) pontos de medição

em rede de baixa tensão, localizados na área urbana do município de Rolim de Moura/RO.

1.2. A descrição detalhada das atividades consta no Anexo I – Proposta Comercial e no Anexo II – Termo de Referência, os quais integram o presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I.** Executar integralmente o objeto contratado, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, observando as especificações, condições e prazos deste contrato e seus anexos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à sua plena execução;
- II.** Responsabilizar-se integralmente pela boa execução e eficiência do fornecimento e dos serviços contratados, zelando pelo bom nível de qualidade;
- III.** Promover, às suas expensas e sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, as correções, reparos e substituições que se fizerem necessárias nos serviços e entregas efetuados, a fim de adequá-los às especificações exigidas, de acordo com a avaliação realizada pela fiscalização, sujeitando-se ainda à eventual aplicação de sanções por atrasos ou qualquer outra irregularidade na execução do contrato;
- IV.** Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, relatórios e informações sobre a prestação dos serviços contratados.
- V.** Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer caso fortuito ou de força maior que incidir sobre a prestação dos serviços, responsabilizando-se por eles e procurando solucioná-los;
- VI.** Responder, com exclusividade, por todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento e os serviços objeto deste contrato, apresentando os documentos fiscais próprios e a comprovação de quitação de encargos sociais e trabalhistas necessárias para recebimento dos valores correspondentes.
- VII.** Efetuar os pagamentos do pessoal que contratar, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários que incidirem na execução dos serviços aqui contratados, não havendo entre os seus empregados ou prepostos e a **CONTRATANTE** qualquer vínculo trabalhista;
- VIII.** Em caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, adotar

- as providências necessárias no sentido de preservar a **CONTRATANTE**, e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza;
- IX.** Responsabilizar-se e responder pelos danos, de qualquer natureza, que essa venha a sofrer ou causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros durante a execução do objeto contratual, em razão de acidentes ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seu preposto ou de quem em seu nome agir;
 - X.** Custear integralmente eventuais gastos com alimentação, transporte e estadia para seus funcionários envolvidos na execução do objeto deste contrato;
 - XI.** Acatar as orientações da **CONTRATANTE** e a quem esta determinar, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
 - XII.** Permitir e facilitar todas as atividades de acompanhamento e fiscalização dos serviços pela **CONTRATANTE**;
 - XIII.** Executar o objeto deste Instrumento obedecendo rigorosamente às normas de segurança e medicina do trabalho previstos na legislação em vigor e as instruções e medidas de segurança internas que forem determinadas pela **CONTRATANTE**, bem como observar rigorosamente as normas ambientais e de segurança aplicáveis às atividades realizadas, sendo suas obrigações adotar todas as medidas necessárias para minimizar impactos ambientais e prevenir acidentes;
 - XIV.** Responsabilizar-se pela divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação pertinente aos trabalhos prestados, cuja divulgação não tenha sido autorizada pela **CONTRATANTE**;
 - XV.** Respeitar os prazos avençados neste instrumento de contrato e seus anexos;
 - XVI.** Responsabilizar-se pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pela **CONTRATANTE**;
 - XVII.** A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, sem que isto implique em alteração dos preços ofertados;
 - XVIII.** Reconhecer os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

- XIX.** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes da contratação, bem como pelo recolhimento, conforme o caso, de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre a execução ou fornecimento do objeto;
- XX.** Adotar todas as medidas necessárias à segurança e saúde no trabalho, incluindo o fornecimento gratuito e adequado dos equipamentos de proteção individual (EPI's), o treinamento para seu uso correto e a supervisão de sua utilização contínua pelos empregados, sempre que o objeto contratado assim exigir.

2.2. Constituem prerrogativas e obrigações da CONTRATANTE:

- I.** Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- II.** Disponibilizar, no início do contrato, os modelos e documentos necessários para a perfeita e completa elaboração do objeto contratado;
- III.** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**;
- IV.** Indicar a pessoa responsável pela fiscalização, para fins de conferência, atestado de conformidade das entregas e serviços;
- V.** Efetuar a conferência e recebimento das entregas e serviços, nos termos previamente estabelecidos;
- VI.** Notificar a **CONTRATADA** sobre eventual recusa dos serviços e/ou sobre a necessidade de adequação ou correções que se fizerem necessárias;
- VII.** Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos neste instrumento, desde que cumpridas pela **CONTRATADA** as formalidades exigidas e o cumprimento efetivamente comprovado pela fiscalização;
- VIII.** Rejeitar, no todo ou em parte, qualquer entrega que não atenda às especificações deste termo e demais anexos;
- IX.** Prestar às informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- X.** A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- XI.** Alterar ou rescindir a contratação a qualquer tempo, no interesse dos

serviços e conveniência da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, sem que isso gere indenização, salvo pelos pagamentos já devidos por serviços ou fornecimentos executados e aprovados;

- XII.** Determinar a paralisação da execução do objeto por motivo técnico relevante, indicando motivo e prazo, cabendo as despesas decorrentes à **CONTRATADA** caso comprovada sua responsabilidade;
- XIII.** Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações pela **CONTRATADA**, conforme previsto neste instrumento e legislação vigente, desde que respeitada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 60(sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.

3.2. A vigência da contratação poderá ser prorrogada, mediante justificativa, conforme a necessidade e a vigência do projeto nº 8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO .

3.2.1. A formalização da prorrogação do prazo de vigência ocorrerá via Termo Aditivo a ser celebrado entre as partes.

3.3. O prazo total para execução do objeto será de 30 (trinta) dias, contado a partir da assinatura do contrato.

3.3.1. O prazo indicado no subitem anterior, poderá ser prorrogado, observada a vigência do projeto e da contratação.

3.3.1.1. Deverá ser apresentada solicitação escrita e justificada da **CONTRATADA**, que demonstre os motivos fortuitos ou de força maior ocorridos, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou fatores imprevisíveis e fatos da administração.

3.3.1.2. A validade da prorrogação está condicionada ao aceite pela **CONTRATANTE**.

3.3.1.3. A formalização da prorrogação do prazo de execução ocorrerá via termo aditivo a ser celebrado entre as partes.

3.4. O início da execução deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

3.5. A execução do serviço ocorrerá na área urbana do município de Rolim de Moura-RO, sendo que os locais de instalação serão definidos e informados pela equipe do projeto antes da execução dos serviços.

3.7. A **CONTRATADA** fica obrigada a cumprir integralmente as especificações do serviço a ser executado, conforme destacado no termo de referência, sob

pena de aplicação de penalidades previstas neste instrumento pelos atrasos parciais porventura verificados.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. A fiscalização dos serviços ficará a cargo do coordenador do projeto 8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO - *Vagner Shoaba*, ou quem ele designar, devendo verificar se na execução das atividades estão sendo cumpridas as condições estabelecidas, para a fiel execução do objeto.

4.2. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

4.3. O recebimento provisório e definitivo será realizado pelo fiscal designado pela **CONTRATANTE**.

4.4. O recebimento ocorrerá da seguinte forma:

- I. Recebimento Provisório: ocorrerá após a conclusão das etapas no prazo de até 10 dias, para fins de verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste contrato e seus anexos;
- II. Recebimento Definitivo: será formalizado após a verificação do cumprimento integral das exigências técnicas e contratuais, incluindo testes e a correção de eventuais pendências.

4.4.1. Para fins de recebimento provisório, a contratada deverá entregar relatórios como condição para aceitação e pagamento, a ser analisado pelo fiscal, que poderá elaborar relatório circunstanciado, com registro, análise e conclusão acerca das ocorrências observadas no recebimento do objeto, e encaminhará o documento ao gestor do contrato.

4.4.1.1. Havendo necessidade de ajustes ou correções em qualquer etapa, a **CONTRATADA** terá até 08 (oito) dias úteis, contados da notificação da **CONTRATANTE**, para realizar as adequações necessárias, sob pena de não recebimento definitivo e aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.1.2. Na ausência de manifestação da **CONTRATANTE** no prazo indicado no item I da subcláusula 4.4, ou da necessidade de reapresentação dos serviços, o objeto será considerado recebido definitivamente.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. Após o recebimento definitivo, o gestor do contrato analisará toda a

documentação apresentada pela fiscalização e, caso identifique irregularidades que impeçam o pagamento, solicitará à **CONTRATADA**, por escrito, as correções necessárias. Verificado o cumprimento integral das obrigações contratuais e anexos, o gestor solicitará à **CONTRATADA** a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução do serviço, objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ XXXX (inserir valor por extenso)**, faturado da seguinte forma:

5.1.1 O pagamento será realizado após a execução total do serviço, mediante ateste do coordenador do projeto.

5.2. No valor acima estabelecido estão incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, necessárias à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, a tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outros custos indispensáveis ao integral cumprimento da contratação.

5.3. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, mediante ordem bancária em favor da **CONTRATADA** vencedora, até o 15º (décimo quinto) dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação integral dos serviços, devidamente atestada pelo coordenador.

5.3.1. O pagamento somente será efetuado após somente será liberado após o recebimento definitivo do objeto ou da etapa correspondente.

5.3.2. A **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o número de sua conta bancária jurídica e respectiva agência.

5.3.3. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento somente à **CONTRATADA**, que também deverá ser a emitente da nota fiscal, vedada sua negociação com terceiros.

5.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **CONTRATANTE**, o valor devido será acrescido de atualização financeira, de acordo com o índice aplicável à espécie, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das

seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso

5.6. A data efetiva do pagamento é aquela em que se efetivar a entrega da Ordem Bancária ao agente financeiro.

5.7. Em cumprimento à Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não havendo justificativa legal em contrário, a **CONTRATANTE** reterá, na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

5.7.1. Na emissão da nota fiscal a **CONTRATADA** deverá detalhar o serviço prestado e destacar os impostos, quando devidos, as quais deverão ser corrigidas quando solicitado pela **CONTRATANTE**.

5.8. Não serão devidos valores adicionais relativos a garantia ou manutenção, salvo se expressamente previsto no contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Constitui conduta passível de penalização toda ação ou omissão da **CONTRATADA** que resulte na inexecução total ou parcial das obrigações assumidas neste contrato e, incluídas, entre outras, as seguintes:

- I. Apresentar documentação adulterada e falsa, devidamente comprovado em processo administrativo;
- II. Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação ou o descumprimento das obrigações estabelecidas, em especial no tocante as especificações, projetos e prazos;
- III. Não manter a proposta;
- IV. Falhar ou fraudar na entrega do(s) material(is) e serviço(s) objeto(s) da

contratação;

- V. Comportar-se de modo inidôneo;
- VI. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

6.2. A **CONTRATADA**, na ocorrência do disposto no item 8.1, garantida a ampla defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes sanções:

- I. Advertência, por escrito, informando à **CONTRATADA** sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas decorreção;
- II. Multa diária de 0,3% (três décimos por cento) por atraso na entrega/execução, calculados sobre o valor do fornecimento e/ou do serviço referente à inexecução da obrigação contratual ou do instrumento convocatório, em caso de atraso inferior ou igual a 30 (trinta) dias, com a possível rescisão contratual;
- III. Multa de 15% (quinze por cento), no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a possível rescisão contratual, calculados sobre o valor do fornecimento e/ou do serviço referente à inexecução da obrigação contratual ou do instrumento convocatório;
- IV. Multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação em que se apure o fornecimento ou prestação de serviços em desacordo com as condições e especificações estabelecidas;
- V. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento e/ou do serviço referente à inexecução da obrigação contratual ou editalícia, no caso de a **CONTRATADA** não aceitar Contrato ou Ordem de Serviço ou não assinar o Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado;
- VI. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

6.3. Dos pagamentos serão descontadas as multas devidas, se for o caso.

6.4. As penalidades previstas acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive cumulativamente, à pena de multa, assegurada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, a partir da notificação formal.

6.5. Proferida a decisão de aplicação da multa, e decorrido o prazo mínimo de

5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa, o valor da penalidade deverá ser recolhido em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação.

6.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades previstas acima.

6.7. Será de responsabilidade da **CONTRATADA** o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

6.8. Obriga-se também a **CONTRATADA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

7.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- I. Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II. Poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

7.3. O contrato poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, em razão dos seguintes motivos, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I. A **CONTRATADA** transferir a terceiros no todo ou em parte, os direitos decorrentes da contratação e do subsequente contrato a terceiros, bem como a subcontratação, total e parcial, sem prévia autorização da **CONTRATANTE** ou previsão no objeto da contratação;
- II. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência contratual, e não forem comunicadas à **CONTRATANTE** e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores da contratação;
- III. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas

- contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- IV. Atraso injustificado no início na entrega ou execução contratual;
 - V. O desatendimento das determinações regulares do representante da **CONTRATANTE**, designado para acompanhar e fiscalizar a contratação, assim como as de seus superiores;
 - VI. O cometimento reiterado de faltas na contratação, registradas pelo representante da **CONTRATANTE**, designado para acompanhar e fiscalizar a contratação, assim como as de seus superiores;
 - VII. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - VIII. A dissolução da sociedade da **CONTRATADA**;
 - IX. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique o cumprimento das obrigações assumidas;
 - X. Razões de interesse público ou da **CONTRATANTE**, de alta relevância e/ou amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere a contratação;
 - XI. A suspensão de seu fornecimento e sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - XII. O atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **CONTRATANTE** salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - XIII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
 - XIV. Lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da perfeita execução contratual, nos prazos estipulados;
 - XV. Paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**.

7.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.5. A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas, até a completa indenização dos danos.

7.6. A rescisão contratual não retirará da **CONTRATANTE** o direito de cobrar da **CONTRATADA** a multa estabelecida neste instrumento.

7.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.7.1. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, notificando-se a **CONTRATADA** com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação formal, período em que a **CONTRATADA** poderá exercer o contraditório e sua defesa relativamente à rescisão contratual, devendo a **CONTRATANTE** realizar os pagamentos relativos às atividades realizadas pela **CONTRATADA**.

7.8. Independente de enquadramento na cláusula 7.3, a rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a **CONTRATANTE**, reduzida a termo de processo administrativo.

7.9. A rescisão poderá ser por determinação judicial, nos termos da legislação vigente.

7.10. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da **CONTRATANTE**.

7.11. Fica ressalvado que, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no subitem 7.3 acima, admite-se a possibilidade da continuidade contratual, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**.

7.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção superior da **CONTRATANTE**, da entidade apoiada e da financiadora.

7.13. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

CLÁUSULA OITAVA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

8.1. As partes obrigam-se, por si e por seus funcionários, prepostos e designados a manter absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, documentos, especificações técnicas e financeiras que venham a ter acesso ou conhecimento ou ainda que lhe sejam confiadas em razão do presente contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, revelar, reproduzir ou repassar os mencionados documentos e informações, sob pena de rescindirem, de pleno direito, o presente instrumento, sujeitando a outra parte ao pagamento de multa, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis, inclusive perdas e danos.

8.2. Fica expressamente vedado às partes reterem cópias, extratos, fórmulas, ou qualquer outra reprodução, no todo ou em parte, de quaisquer **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** da outra parte.

8.3. As obrigações constantes desta cláusula permanecerão válidas pelo prazo de 10 (dez) anos após o término da relação contratual.

CLÁUSULA NONA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

9.1. As partes declaram que, por força do presente instrumento, poderão solicitar e transmitir dados pessoais de clientes da outra.

9.2. As partes mutuamente se comprometem, na posição de TRANSMISSORAS, a transmitirem dados pessoais e/ou dados sensíveis de terceiros apenas quando houver o comprovado e inequívoco consentimento do titular dos dados.

9.3. As partes devem implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas, de acordo com as melhores práticas, aplicáveis na área de atividade em questão para proteger os Dados Pessoais em processo contra destruição acidental ou ilegal ou perda acidental (incluindo exclusão), alteração (incluindo destruição), divulgação, uso ou acesso não autorizado e qualquer outra forma ilegal de Processamento.

9.4. As partes declaram mutuamente conhecer com as disposições contidas na Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, bem como seus

diretores, dirigentes, funcionários e/ou agentes, em relação às necessárias medidas técnicas e organizacionais para tanto, bem como asseguram que tratarão com especial confidencialidade todos os dados pessoais que tratarem em decorrência do presente instrumento.

9.5. As partes se comprometem a comunicar uma à outra, expressamente e por escrito, quando houver a necessidade solicitar aos seus clientes dados sensíveis e/ou quando tomarem conhecimento de qualquer Incidente de Segurança via e-mail.

9.5.1. Cada parte implementará, às suas próprias custas todos os remédios para solucionar as causas de um possível Incidente de Segurança e fornecerá toda assistência razoável uma à outra no decorrer do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

10.1. As partes se obrigam, sob as penas previstas no contrato e na legislação aplicável, a cumprir e assegurar que qualquer pessoa agindo em seu nome obedecerá a todas as leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como àquelas relativas a sanções econômicas, para impedir qualquer atividade fraudulenta.

10.2. Além das disposições da Lei Brasileira Anticorrupção, as partes se obrigam a observar e respeitar todo o disposto no Código de Ética e Conduta e na Política de *Compliance* de Integridade da FUNARBE, disponibilizados no site da fundação (<https://funarbe.org.br/a-funarbe/compliance/>).

10.3. As partes declaram e garantem que não se encontram, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente:

- I. Sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- II. No curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenadas ou indiciadas sob a acusação de corrupção ou suborno;
- III. Suspeitas de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental; e
- IV. Sujeitas a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.

10.4. As partes declaram em não oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida à agente público, ou à terceira pessoa a ele relacionada, ou de qualquer outra pessoa, em circunstâncias tais em que tal pagamento, presente, promessa ou outra vantagem constituiria um pagamento

facilitador ou que de outra forma infringiria as Leis Anticorrupção.

10.5. As partes se obrigam a notificar prontamente uma a outra, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e/ou nessa cláusula contratual, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

10.6. Qualquer descumprimento das normas anticorrupção por qualquer das partes, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada e imediata do presente instrumento pela parte inocente, bem como a obrigação de reparação dos danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FONTE DOS RECURSOS

Os recursos para a presente contratação são provenientes do **projeto/convênio 8165 - IFRO 044/2023 - Cidades Inteligentes Rolim de Moura/RO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.2. Também será aplicada à contratação as disposições contidas na Política de Gestão de Fornecedores, disponível na íntegra no site da FUNARBE <https://compras.funarbe.org.br/>

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ANEXOS

13.1. Integram este CONTRATO, independente de transcrição, os seguintes anexos, referenciados no processo:

- I. ANEXO I – PROPOSTA COMERCIAL;
- II. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Viçosa/MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que, porventura, surgirem com base neste contrato, abdicando de todos os outros, por mais privilegiados que se possam traduzir.

Por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento, pactuando expressamente que a assinatura eletrônica será admitida em quaisquer das modalidades previstas na Medida Provisória nº 2.200-2/2001 ou na Lei nº 14.063/2020, bem como em outros meios eletrônicos de comprovação de autoria e integridade documental, inclusive os que utilizem certificados digitais não emitidos pela ICP-Brasil, nos exatos termos do art. 10, § 2º da MP nº 2.200-2/2001, sendo todas estas modalidades reconhecidas pelas partes como dotadas de plena eficácia jurídica, validade e oponibilidade, equiparando-se em todos os aspectos legais à assinatura manuscrita tradicional, inclusive para fins de comprovação de autoria, não repúdio e integridade documental, sem qualquer objeção de natureza formal ou processual.

Viçosa/MG, 5 de agosto de 2026.

CONTRATANTE
FUNDAÇÃO ARTHUR
BERNARDES (FUNARBE)
CNPJ: 20.320.503-0001-51
Diretor-Presidente: Rodrigo Gava

CONTRATADA
[INSERIR RAZÃO SOCIAL DA
EMPRESA]
Representante Legal: [inserir
nome]
CPF: [inserir CPF]

TESTEMUNHAS:

1 - _____
[nome testemunha 1]

2 - _____
[nome testemunha 2]

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PUNIÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 167/2026

OBJETO: Contratação de empresa para instalação elétrica e montagem de medidores de energia em postes utilizados para fixação de câmeras de videomonitoramento, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº DECLARA, sob as penas da lei em conformidade com o inciso V do artigo 19 do Decreto Federal nº 8.241/2014, que, até a presente data, não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firma a presente.
